

Autores:

Guilherme Rocha e Daniel Barile

LEIS TRIBUTÁRIAS DE INICIATIVA PARLAMENTAR

A revelação de uma antiga
novidade constitucional

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 by Guilherme Rocha e Daniel Barile

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

R672r

Rocha, Guilherme.

Leis tributárias de iniciativa parlamentar: : a revelação de uma antiga novidade constitucional / Guilherme Rocha, Daniel Barile.

– Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.

236 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 195-221.

ISBN 978-85-519-1045-0

1. Direito Tributário. 2. Processo Legislativo. 3. Lei Tributária.
4. Direito Constitucional. 5. Decisão Judicial. I. Barile, Daniel.
II. Título.

CDD 343

Sumário

Introdução	1
1. Do Poder Legislativo: Uma Análise Histórica	5
1.1 A evolução da teoria (clássica) da tripartição dos poderes	6
1.2 <i>Checks and balances</i> : a origem da interferência entre os poderes.....	13
1.3 Modificações à teoria (clássica) da tripartição dos poderes: a proposta de Bruce Ackerman.....	16
1.4 Da tripartição dos poderes na história constitucional brasileira	20
1.5 Do poder legislativo brasileiro: da gênese à atualidade.....	22
1.6 Do duelo pelo protagonismo entre os poderes executivo e legislativo.....	47
2. Da Perspectiva Constitucional das Leis Tributárias de Iniciativa Parlamentar	51
2.1 Das disposições constitucionais sobre matéria tributária	52
2.1.1 Do princípio da simetria em relação à reserva de iniciativa prevista no § 1º do artigo 61 da Constituição da República.....	57
2.2 Das teses de incompetência do poder legislativo em matéria tributária	61
2.2.1 Da aplicação simétrica do artigo 61, § 1º, II, <i>b</i> da Constituição da República	61

2.2.2 Da mudança de entendimento na obra de Hely Lopes Meirelles (tese da reserva de iniciativa)	66
2.2.3 Da repercussão orçamentária das leis tributárias benéficas e da respectiva reserva de iniciativa	68
2.2.4 Da violação ao princípio da legalidade (em decorrência da violação à Lei de Responsabilidade Fiscal)	75
2.3 Da tese de competência do poder legislativo em matéria tributária	79
2.3.1 Das leis autorizativas.....	80
2.3.2 Do reconhecimento da competência do Poder Legislativo em matéria tributária: análise doutrinária e jurisprudencial.....	86
2.4 Das constituições dos estados brasileiros em relação à reserva de iniciativa em matéria tributária.....	93
2.5 Das leis orgânicas das capitais brasileiras em relação à reserva de iniciativa em matéria tributária.....	98
3. Da Jurisprudência dos Tribunais Brasileiros sobre a Constitucionalidade das Leis Tributárias de Iniciativa Parlamentar	103
3.1 Dados relativos aos tribunais de justiça dos estados da região sul.....	107
3.2 Dados relativos aos tribunais de justiça dos estados da região sudeste	113
3.3 Dados relativos aos tribunais de justiça dos estados da região centro-oeste	123
3.4 Dados relativos aos tribunais de justiça dos estados da região nordeste	132
3.5 Dados relativos aos tribunais de justiça da região norte....	142
3.6 Dados relativos ao supremo tribunal federal.....	145

4. Da Perspectiva Infraconstitucional das Leis	
Tributárias de Iniciativa Parlamentar	151
4.1 Do controle de legalidade	151
4.2 Da compatibilidade das leis de iniciativa parlamentar com a lei de responsabilidade fiscal.....	160
4.2.1 Dos requisitos obrigatórios: estimativa de impacto orçamentário-financeiro e compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias	166
4.2.2 Das medidas alternativas do artigo 14 da LRF	169
4.2.3 Das medidas que dispensam as providências do artigo 14 da LRF	174
4.3 Da <i>ratio legis</i> na criação das leis tributárias	176
4.4 Da banalização da criação de hipóteses de renúncia fiscal	178
4.5 Dos desafios de compatibilização entre a lei de responsabilidade fiscal e a constituição da república para viabilizar a competência tributária de natureza parlamentar.....	186
Conclusão	191
Referências	195